

PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E PROCESSOS FORMATIVOS DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Escola democrática

Juliana Antoniassi Moreno¹

Danielle Santos²

Resumo: Neste artigo são apresentados os resultados de uma pesquisa de mestrado abordagem qualitativa cujo objetivo foi analisar os princípios, os fundamentos e os processos formativos de uma instituição denominada “Escola Democrática”, localizada na cidade de São Paulo. A coleta de dados foi estruturada por meio do acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar, da observação *in loco* e de entrevista semiestruturada realizada com a gestora da escola. A análise foi realizada por meio de Análise Textual Discursiva, gerando eixos analíticos que permitiram reconhecer que a escola tem currículo maleável e propõe atividades diversificadas e significativas, uma gestão horizontal e preocupação com a formação crítica e com o protagonismo dos estudantes. Conclui-se, portanto, que, apesar dos desafios, a escola se configura como um espaço democrático.

Palavras-chave: Escolas Democráticas. Desafios. Potencialidades. Processos Formativos.

PRINCIPLES, BASES, AND TRAINING PROCESSES OF A DEMOCRATIC SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF SÃO PAULO

Democratic school

Abstract: This work presents the results of a qualitative master's research whose objective was to analyze the principles, foundations and training processes of an institution called “Democratic School”, located in the city of São Paulo. Data collection was structured through access to the Pedagogical Political Project and the School Regulations, on-site observation, and semi-structured interviews with the school manager. The analysis was carried out through Discursive Textual Analysis, generating analytical axes that allowed recognizing that the school has a malleable curriculum and proposes diversified and significant activities, horizontal management, and concern with critical education and with the protagonism of students. It is concluded, therefore, that, despite the challenges, the school is configured as a democratic space.

Keywords: Democratic schools. Challenges. Potentialities. Formative Processes.

¹ Possui graduação de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em História e Especialização em Práticas Textuais pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) e MBA em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo (USP). Possui Mestrado em Educação pela UNOESTE.

² Professora Doutora na Unoeste. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9178-7325>.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe-se a apresentar os resultados de uma pesquisa desenvolvida em nível de Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Processos Formativos e Diversidade. Nesse contexto, o objeto de estudo ao longo da investigação foram os processos formativos e os desafios de uma escola denominada democrática.

Nesse íterim, convém destacar que as escolas democráticas são entendidas como aquelas que rompem com o sistema de escolas de massas e buscam construir um modo diferente de aprendizagem por meio de currículos mais maleáveis e constantes experiências democráticas.

Para uma melhor compreensão do que são as Escolas Democráticas, tomemos como base a escola Summerhill, na Inglaterra, que, segundo Avellar (2019, p. 36), “é, possivelmente, a mais conhecida das Escolas Democráticas do mundo”; e a Escola da Ponte, em Portugal, que é um dos modelos de educação democrática “[...] que mais inspira instituições brasileiras que tentam seguir a trilha da democratização” (AVELLAR, 2019, p. 36).

Cada Escola Democrática tem as suas particularidades, mas, para um entendimento inicial, podemos elencar algumas características básicas dessas instituições, a saber: as regras que governam o dia a dia são feitas democraticamente pela comunidade toda; brincar, subir em árvores, usar a criatividade são considerados tão importantes quanto aprender os conteúdos teóricos; as crianças são livres para escolherem o que querem fazer e como fazer; a formação do cidadão é tão importante quanto a formação cognitiva; as crianças não são divididas por classes e séries de maneira tradicional como conhecemos; a escola como um todo forma uma grande comunidade de aprendizagem (APPLE, BEANE, 2001; SINGER, 2010; HECHT, 2016).

Em muitas áreas profissionais, as mudanças são aceleradas, enquanto nas áreas educacionais elas são pesadamente tardias. Para exemplificar esse contraste, tomemos a parábola usada por Papert (2008) na qual imagina-se como seria se transportássemos um médico e um professor do século XX para os dias atuais. O primeiro, provavelmente, não conseguiria reconhecer boa parte dos

Criar Educação, Criciúma, v. 13, nº 1, jan/jun 2024.— PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

instrumentos utilizados em um centro cirúrgico. O ambiente seria completamente estranho aos olhos do visitante. O mesmo não aconteceria com o professor, que ao ser colocado em uma sala de aula do século XXI, possivelmente, com facilidade daria sua aula, utilizando equipamentos conhecidos, como o giz e a lousa. A organização da sala em carteiras enfileiradas, continuaria sendo um ambiente muito familiar para ele.

É nesse contexto de desencontros que as Escolas Democráticas surgem como possibilidade de uma outra educação (AVELLAR, 2019). Diante disso, para este artigo, nos propomos a apresentar os princípios e os fundamentos de uma escola privada de São Paulo (SP) que se autodenomina democrática, analisando se ela pode ser incluída no movimento das escolas democráticas.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 447) “[...] o modo pelo qual uma escola se organiza e se estrutura tem dimensão pedagógica, pois tem a ver com os objetivos mais amplos da instituição relacionados a seu compromisso com a conservação ou com a transformação social”. Nesse contexto, o modo de ser da gestão e da organização escolar influem diretamente nas características que predominam dentro da instituição escolar. Desse modo, é importante considerar os modelos de gestão existentes, os quais serão abordados nos parágrafos seguintes.

A concepção técnico-científica está fundamentada na hierarquia de cargos e funções estabelecidos nas escolas, de modo que objetiva a racionalização das tarefas, bem como a eficiência dos serviços escolares. Por isso, assemelha-se mais ao sistema de administração empresarial tão comum nas empresas privadas. Dessa forma, algumas das características desse modelo de gestão são: há uma divisão técnica do trabalho bem definida, de modo que são prescritas e detalhadas as funções de cada membro escolar, a partir das chamadas funções especializadas; o poder é centralizado no diretor, enfatizando-se relações de subordinação e autoridade de uns em relação aos outros, de acordo com a hierarquia que ocupam; há uma ênfase grande em atividades administrativas de naturezas burocráticas

(regras, normas, procedimentos burocráticos etc.), de modo que os objetivos da escola acabam sendo deixados em segundo plano; a comunicação se dá em uma relação verticalizada (de cima para baixo) com base em normatizações e regras; há uma maior ênfase nas tarefas do que nas próprias pessoas que fazem parte da instituição escolar. Portanto, tal concepção também pode ser definida como “gestão da qualidade total” (LIBÂNEO, 2001).

Uma outra forma de gestão é aquela baseada na concepção autogestionária a qual tem como base a responsabilidade coletiva, de modo que é inexistente a direção centralizada, o que coaduna com uma participação direta e por igual dos membros da instituição escolar. Algumas de suas características são: as inter-relações são enfatizadas mais do que as próprias tarefas; há a extinção de formas de exercício e poder centralizados em uma autoridade, de modo que as decisões são tomadas de maneira coletiva por meio de assembleias e reuniões, por exemplo; a escola (gestão interna) se materializa como um modelo de gestão que visa preparar formas de gestão para o modelo social mais amplo (autogestão no plano político); há uma ênfase na forma de auto-organização das pessoas que fazem parte da escola através de eleições e de alternâncias no que diz respeito às funções que são exercidas no interior da instituição escolar; há uma forte predominância do poder instituinte estabelecido pela escola por meio da autogestão e a prática da participação de todos; há uma supervalorização da cultura instituinte (interna) e todo o tipo de poder instituído (externo) é negado, vislumbrando-se uma forma de gestão (democrática) que deve ser estendido para a sociedade mais ampla (LIBÂNEO, 2001).

Há também a concepção interpretativa que “[...] considera como elemento prioritário na análise dos processos de organização e gestão os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas” (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2012, p. 446). De acordo com Jesus, Silva e Medeiros (2021), algumas das características desse modelo de gestão são: fundamenta-se no subjetivismo em relação à instituição escolar, de forma que interpreta que ela não está no interior de um âmbito planejado e que possua objetivos; há um foco na organização e uma tendência a valores compartilhados; a tendência é que haja uma ênfase na

subjetividade, mas as normas são rejeitadas; ademais, a sua base filosófica está pautada na interpretação dos signos da educação, não em fatores os quais sejam constatáveis (JESUS; SILVA; MEDEIROS, 2021).

Já a concepção democrático-participativa pauta-se em uma relação orgânica entre a direção e os membros da equipe escolar, enfatizando a busca por objetivos coletivos, ou seja, assumidos por todos; as tomadas de decisões são realizadas coletivamente e todos possuem vez e voz diante das decisões que são tomadas dentro da escola; cada um assume a sua função; admite-se a coordenação e avaliação de maneira sistemática em relação às decisões tomadas, de acordo com os diferentes saberes e funções que exerce cada membro. Outras características podem ser mencionadas, quais sejam: os objetivos sociais, políticos e pedagógicos são definidos de maneira explícita pela equipe escolar; as funções da direção, a iniciativa e a participação dos membros e da comunidade escolar são totalmente articulados; a gestão é participativa e da participação; a qualificação dos membros da escola e sua competência profissional são pilares fundamentais nessa forma de gestão; os aspectos da gestão e organização são tratados com objetividade a partir da busca de informações reais; é realizado o acompanhamento e a avaliação (diagnósticos, acompanhamento, reorientação de ações e ou de rumos e tomada de decisões) de maneira sistemática com finalidade pedagógica para a melhoria do processos que ocorrem dentro da escola; há a partilha da direção entre todos, de modo que todos dirigem e são dirigidos na mesma medida em que todos são avaliados e também podem avaliar (LIBÂNEO, 2001).

Nesse contexto, após apresentarmos as diversas vertentes existentes no que tange aos modelos de gestões escolares, reiteramos, aqui, que o nosso trabalho e as nossas concepções sobre tal questão se alinham à gestão democrático-participativa, tendo em vista os seus inúmeros benefícios para fazer com que a escola se torne um espaço democrático no qual todos tenham vez e voz e se comprometam com a instituição. Além disso, a partir de tal concepção, todos os membros escolares trabalham em função de melhorias nos processos de ensino e aprendizagem e do contexto escolar como um todo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa de abordagem qualitativa (DEMO, 1994) é fruto de uma dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito de Programa de Pós-graduação em Educação em uma universidade do interior do Estado de São Paulo, cujos dados foram coletados em um contexto de pandemia. A investigação maior objetivou compreender quais são os princípios e os fundamentos das instituições denominadas “Escolas Democráticas”, aprofundando o entendimento sobre os processos formativos e os desafios enfrentados por uma Escola Democrática localizada em São Paulo. Nessa perspectiva, apresentamos, neste trabalho, um recorte do mencionado estudo, de modo que focalizamos somente os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo.

Para o desenvolvimento do estudo, foi selecionada uma escola privada de São Paulo (capital) para ser o nosso *lôcus* de investigação. Em tal instituição, realizamos a análise da Proposta Político Pedagógica (PPP) e do Regimento Escolar, além de uma entrevista semiestruturada com a gestora (e tutora) da escola e observação *in loco* da rotina escolar, da estrutura física da escola, do seu funcionamento através da equipe de trabalho, do convívio entre os pares, de como ocorrem os processos formativos, e, principalmente, se o material que havia sido coletado através da entrevista e dos documentos escolares condizia com a realidade.

Os dados coletados foram analisados com base no referencial teórico adotado e à luz da Análise Textual Discursiva que é uma abordagem “[...] que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso” (MORAES; GALIAZZI, p. 118, 2006).

Vale destacar que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética pela Plataforma Brasil (CAAE: 55939321.0.0000.5515), sendo aprovada com parecer favorável, sob o número 5.278.767.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de analisar os princípios e fundamentos de uma instituição escolar que se denomina democrática, bem como o que caracteriza os processos formativos e os desafios enfrentados pela instituição investigada, apresentaremos os resultados e discussão organizados pelos eixos analíticos a seguir.

UMA ESCOLA DENTRO DE UM MOVIMENTO EDUCACIONAL

A fundação da Escola pesquisada se deu no ano de 2009. É uma escola caracterizada como de pequeno porte, que atende em média 54 crianças e adolescentes, do primeiro ano do ensino fundamental ao ensino médio, de diferentes classes sociais.

Inicialmente, partiu do desejo da atual diretora e professora participante da pesquisa, no sentido de construir uma educação para a cidadania, mas tal anseio se estendeu a um grupo de professores que também buscavam os mesmos ideais educacionais. Nessa perspectiva, relata que:

Existe um movimento das Escolas Democráticas. Esse movimento é antigo e a gente não inventou nada na verdade. A gente vem dessa construção. É um movimento do qual a gente se identifica e construiu nossa proposta a partir dessa identificação. Uma proposta que vai trazer espaços de participação para todos os agentes que estão aqui no dia a dia da escola, terem voz, terem voto e construir coletivamente. É de uma perspectiva de um projeto de educação mesmo. (GESTORA E TUTORA DA INSTITUIÇÃO, 2022).

Destarte, a Escola em análise “[...] é fruto da articulação de educadoras, educadores e familiares interessados em implementar e disseminar a educação democrática no Brasil”, tendo, para isso, buscado subsídios teórico-práticos nas experiências das Redes Internacional e Nacional de Educação Democrática para, assim, organizarem os tempos, espaços e processos formativos da instituição. (PPP, 2019, p. 3).

É possível observar, portanto, que tanto a Proposta Político Pedagógica da escola quanto o trecho da entrevista fazem referência à instituição como pertencente a um movimento educacional maior. Tal movimento se refere às Escolas

Democráticas. A própria gestora e tutora em questão, durante a entrevista menciona os autores Tolstói (2021) e Singer (2010) que são referenciados, nesse artigo, como bases para entender as Escolas Democráticas.

Segundo a Gestora e tutora da instituição (2022), “a escola já passou por momentos de participar mais ativamente no movimento para mostrar a existência das Escolas Democráticas para a sociedade, mas também teve fases de se recolher, olhar mais para dentro, de se organizar”. Ou seja, as escolas democráticas sempre se renovam com o passar dos anos, não permanecendo inalteradas, pois é um organismo vivo, esse é um dos elementos que sustentam a democracia, a mudança.

OS PROCESSOS FORMATIVOS

A escola em análise tem como foco de proposta pedagógica “[...] a formação de estudantes pesquisadores, participativos, críticos e criativos” (PPP, 2019, p. 11). Para tanto, os estudantes participam

[...] das decisões sobre a vida em comunidade e da construção de sua trajetória de estudos, compartilhando da responsabilidade pelo bem comum e por si. Trata-se de uma proposta de educação para a formação de cidadãos autônomos aptos para viver e promover a democracia (PPP, 2019, p. 11).

Para o estudo dos processos formativos que compõem a escola quanto ao desenvolvimento das áreas do conhecimento, primeiramente, é preciso recorrer ao que a escola segue como currículo.

Segundo a Proposta Político Pedagógica (2019), a instituição:

[...] busca abranger a Base Comum e a Parte Diversificada estabelecida pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), conferindo-lhe uma estrutura, que ultrapasse o confinamento disciplinar e seriado. A organização curricular é composta por duas frentes, em uma delas os interesses dos estudantes são estruturados pela equipe pedagógica e co-relacionam conteúdos e habilidades estabelecidos na BNCC de modo transdisciplinar. A outra frente é composta por temas, conteúdos e habilidades que a escola define como fundamentais para que os estudantes

Criar Educação, Criciúma, v. 13, nº 1, jan/jun 2024.— PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

compreendam o mundo e tenham as necessidades da sua etapa de aprendizado atendidas, dentro das áreas do conhecimento. (PPP, 2019, p. 12-13).

Na prática, para o melhor desenvolvimento desse currículo, as crianças são divididas em Tutorias 1, 2 e 3. Essas tutorias correspondem a ciclos de aprendizagem de três anos. Sendo a Tutoria 1 formada pelo 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental; a Tutoria 2 pelo 4º, 5º e 6º anos; e a Tutoria 3 pelo 7º, 8º e 9º anos.

A mescla das idades é algo presente em todas as Escolas Democráticas, sendo que há variações de como é feito esse agrupamento por idades mistas em cada instituição. No caso da escola objeto de análise, ela muito se assemelha à divisão encontrada na escola de Hadera.

Segundo Hecht (2016, p. 133), a mescla de idades “[...] desfaz os preconceitos relacionados à idade”, tornando a escola um sistema igualitário onde não há divisões preconceituosas que definem que a criança pequena não pode interagir com a criança mais velha; “[...] permite reuniões de idade mistas em torno dos campos de interesse”, o que proporciona um aprendizado fascinante e natural dos menores com os maiores; por fim, “[...] ensina a tolerância e respeito com os outros”, principalmente da parte dos mais velhos que precisam aprender a ter tolerância e cuidado com as crianças menores.

Cada uma das Tutorias citadas vai ter uma organização semanal própria, conforme a qual serão desenvolvidos momentos de estudos guiados pelos tutores responsáveis, bem como outras atividades.

As crianças chegam na escola e a primeira atividade é a roda do dia, depois, por exemplo, a tutoria 1 vai ter seu momento de pesquisa, depois os ateliês, que são os momentos de trabalhar as áreas do conhecimento, como por exemplo matemática e depois ciência. No dia seguinte, vão ter momentos que são coletivos como as comissões e assembleias. Ali a divisão é outra porque a gente está falando de uma gestão da convivência. [...] Há também uma atividade que chamamos de laboratório. O laboratório é um momento sem proposta fixa. Então eles sugerem aquilo que eles querem fazer naquele momento. Exemplo: trazem jogos para brincar,

Criar Educação, Criciúma, v. 13, nº 1, jan/jun 2024.— PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

brincam no tanque de areia, desenvolvem algum jogo na quadra etc.

(GESTORA E TUTORA DA INSTITUIÇÃO, 2022, grifo nosso).

Para compreender melhor os seis momentos citados pela gestora da escola, faremos uma explicação individual de cada um desses momentos através de uma triangulação das informações coletadas da entrevista, do PPP (2019), do Regimento Escolar (2020) e da observação da pesquisadora. Além disso, ilustraremos, quando possível, as situações com fotos retiradas do site da escola.

A escola pesquisada trabalha os conteúdos a partir de uma concepção de ateliês do conhecimento, uma forma de ensino que é capaz de se utilizar de materiais e ambientes diversificados cuja “[...] intencionalidade é criar possibilidades de concretizar as fantasias infantis e trazer a criança em seu pleno processo de desenvolvimento como o principal protagonista deste processo” (SANTOS; ZUCOLOTTI; RODRIGUES, 2018, p. 122).

Nesse ínterim, Santos, Zucolotto e Rodrigues (2018) explicitam que o papel do docente se torna imprescindível ao trabalhar com os ateliês do conhecimento, haja vista que ele se coloca não só como ouvinte (o que já seria fundamental), mas também observa e desafia as crianças a irem além na construção de conhecimentos. E, não só isso, ele também é o “[...] adulto experiente que deverá centralizar ações na provocação de oportunidades compartilhando emoções intensificadas pelas crianças” (SANTOS; ZUCOLOTTI; RODRIGUES, 2018, p. 123).

Nesse contexto, observa-se que a escola foge à concepção tradicional na medida em que também é inovadora no sentido de compreender a criança como um ser integral (corpo, mente e emoções) que constrói conhecimentos na busca, na interação com os seus pares e os objetos que possui à disposição, por meio da criatividade. Vale ressaltar a utilização do material concreto e da linguagem artística articulada à compreensão espacial, vinculados aos conteúdos curriculares de matemática, conforme podemos visualizar, a seguir:

Figura 1 - Momento de aprendizagem matemática com material dourado



Fonte: Escola Politeia (2022).

Figura 2 - Momento de aprendizagem matemática com pintura



Fonte: Escola Politeia (2022).

É possível verificar, a partir das imagens, que as crianças usam a criatividade para aprender matemática. Na imagem acima, os pequenos estão trabalhando dimensões espaciais em matemática através da pintura de um tubarão em tamanho original, uma perspectiva lúdica e rica em possibilidade de aprendizagens na perspectiva matemática, algo que não é comum nas escolas tradicionais, que acabam por matar o poder criativo e algumas possibilidades de desenvolvimento das crianças a partir das linguagens artísticas articuladas aos conteúdos curriculares. Nesse viés, convém ressaltar que:

Onde houver turmas de alunos enfileirados em salas-celas dificilmente encontraremos resquícios de convivência. Que onde houver séries e aulas assentes na crença de ser possível ensinar a todos como se de um só se tratasse a participação estará ausente. Direi que, enquanto o professor estiver sozinho na sala de aula, será impossível pensar em dialogia, convivencialidade, participação. (PACHECO, 2017, p. 186)

De tal modo, para que as crianças se desenvolvam plenamente, faz-se necessário um ensino que rompa com os paradigmas tradicionais e que passe a entender a criança a partir das linguagens que ela possui, e que são silenciadas pelas normatizações ultrapassadas de uma escola característica dos séculos anteriores. Por isso, Santos, Zucolotto e Rodrigues (2018) destacam que Loris Malaguzzi, por já entender as cem linguagens da criança, se preocupou em propor uma educação baseada em ateliês do conhecimento, já que esse modelo formativo potencializa a experimentação da criança em relação a uma diversidade de sensações, impressões e possibilidades de criar, de modo que as crianças, se vendo como seres autônomos, são capazes de, através da ludicidade, viver os espaços e as coletividades com seus pares, aprendendo a vivenciar e explorar o ambiente e as possibilidades de aprendizagem como protagonistas do processo.

Nesse sentido, por se tratar de uma escola de concepção democrática que possibilita novos espaços e potencializa uma educação progressista, o PPP da instituição objeto de nossa investigação é enfático no sentido de deixar clara a crítica à educação bancária tradicional que reduz as possibilidades de desenvolvimento da criança. Ou seja, explicita que “É intencional [...] [a] ação pedagógica pela busca de perspectivas contra-hegemônicas para além das produções colonizadoras e de história única comuns no discurso pedagógico tradicional” (PPP, 2019, p. 6).

Nessa direção, o ateliê se coloca como um espaço que deve ser pensado para potencializar e favorecer vínculos “[...] entre docentes, crianças e, inclusive com os pais”, de modo que seja possível “[...] trabalhar em grupo, pesquisar, descobrir coisas novas, oportunizar o intercâmbio social, a comunicação e a cooperação para

Criar Educação, Criciúma, v. 13, nº 1, jan/jun 2024.— PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
que, coletivamente, as crianças construam seu conhecimento de mundo” (SANTOS;
ZUCOLOTTO; RODRIGUES, 2018, p. 126-127).

Outro espaço criativo importante de construção do conhecimento são os chamados Laboratórios de Exploração, como já explicitado pela entrevistada, e reforçado na Proposta Político Pedagógica (2019, p. 18) da escola. Os laboratórios possibilitam “[...] momentos de exploração e experimentação dentro da rotina escolar. São tempos sem propostas fixas que acolhem desejos e necessidades dos estudantes que podem ou não demandar a presença ou orientação de um educador”.

Tal proposta formativa, assim como as demais que a escola propõe são importantes porque incentivam princípios como a liberdade e a criação, o que é fundamental quando nos deparamos com a concepção de formação de sujeitos democráticos para a atuação competente na sociedade, por meio de decisões e do protagonismo que o sujeito pode exercer frente à vida. Diante disso, convém deixar claro que:

O ensino ideal é aquele que as pessoas vão buscar espontaneamente nos museus, bibliotecas, conferências, cursos públicos etc. Não se exerce aí nenhuma coação e aprende-se muito, devendo-se por isso mesmo ser estendida às crianças esta mesma liberdade. (SINGER, 2004, p. 74).

Outro momento vinculado aos processos formativos da instituição é a pesquisa, que pode ser realizada em grupo ou individualmente. Quanto a essa forma de aprendizagem o PPP (2019, p. 17) explica que pode ocorrer por meio de pesquisas individuais ou a partir de grupos de estudos.

Na prática, como explicado pela gestora entrevistada e confirmado pela observação *in loco* da pesquisadora, as pesquisas acontecem principalmente por meio da internet, com o uso de laptops que tem na escola ou até mesmo através do uso de celular por alguns estudantes mais velhos, e em alguns momentos são realizadas por meio de livros, revistas, entre outros materiais de pesquisa.

Segundo a Gestora e tutora da instituição (2022), a pesquisa pode ser realizada em alguns momentos na escola e em outros em casa. “[...] Mas a ideia é que quanto mais eles vão ficando, mais essa pesquisa de informações seja feita em

casa e que eles tragam essas informações para que na escola seja feita uma troca de informações orientadas pelo tuto, ganhando assim maior autonomia”.

É nesse modelo formativo com propostas variadas de aprendizagem que a escola democrática pesquisada se vincula, pois esses espaços diversos potencializam a criação e a liberdade, de modo que, só assim, as crianças se sentem como sujeitos de direitos que possuem o seu lugar no mundo, porque não são lhes negados os espaços e nem os seus próprios anseios os quais são dirigidos no sentido da promoção do desenvolvimento infantil.

Para Pacheco (2017, p. 188) o educador deve reconhecer “[...] que assim como se aprende a ler, lendo, e aprende-se a fazer, fazendo, também se aprende a ser, sendo, e se aprende a conviver, convivendo. E que é a autoria que confere dignidade ao ato educativo”. Ou seja, nesse viés, a experimentação, a busca e a reflexão infantil tornam-se fundamentais, e isso é possibilitado pelos laboratórios de experimentação inclusos na rotina escolar da instituição.

Trabalhar o currículo deste modo, ou seja, com atividades diversificadas e não apenas com aulas expositivas é algo que precisa estar presente em qualquer instituição que se considere uma Escola Democrática. Essa ideia de uma aprendizagem pluralista foi trazida ao movimento por Hecht (2016). De acordo com o autor, o nome “aprendizado pluralista”, vai direto “ao cerne do conceito da educação democrática” (HECHT, 2016, p. 73).

Com base nesses ideais, a escola em análise acredita numa educação que busque “[...] superar a supremacia do pensamento científico sobre todas as outras formas de pensamento e valorizar os saberes tradicionais, comunitários e dos povos originários” (PPP, 2019, p. 12). Ainda para a instituição, ter conhecimento não é simplesmente manipular um determinado repertório, mas, sim, saber utilizá-lo a partir de suas experiências, de maneira crítica e criativa com vistas à um horizonte emancipatório (PPP, 2019).

Nesse sentido, as Escolas Democráticas veem o conhecimento científico não como um ponto de chegada, mas como ponto de partida para atingir outros objetivos, pois, de acordo com Apple e Beane (2001), o aprendizado intelectual é

Criar Educação, Criciúma, v. 13, nº 1, jan/jun 2024.— PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
valorizado a fim de ser instrumento para fazer a diferença no modo de agir na sociedade e no mundo.

ENFRENTAMENTO DE DESAFIOS EM UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA

Apesar dos inúmeros benefícios de aprendizagem trazidos pelas Escolas Democráticas, elas também enfrentam diversas dificuldades, como enfatizado por Dewey (1976) ao deixar claro que uma educação progressiva, que busca princípios democráticos, será sempre mais difícil de se conduzir do que o sistema tradicional.

Por ser uma escola privada, um dos grandes enfrentamentos de desafios está voltado para a questão financeira, visto que para manter uma escola em funcionamento demanda muita verba. Tal problema é agravado por dois fatores. O primeiro deles é a crise financeira pela qual passa nosso país atualmente como demonstrado na fala da gestora durante a entrevista:

A escola passa por um momento pós pandemia, crítico financeiramente, e por isso, buscam no apoio das famílias para conseguirem manter a escola ativa. Desenvolvendo juntamente com as famílias uma campanha de arrecadação de um financiamento coletivo mensal. (GESTORA E TUTORA DA INSTITUIÇÃO, 2022).

Nesse sentido, é fundamental que a escola possa ter esse apoio por parte das famílias das crianças que educa. Isso porque convém esclarecer que:

A gestão democrática escolar, só pode ser legitimada no coletivo, tendo como princípios a participação e a autonomia das pessoas responsáveis pela sua aplicação, quando se fala em participação devemos compreender, que não basta estar presente apenas para dar credibilidade ao processo, de forma burocrática. É necessária uma participação responsável, tanto na decisão como na execução, com a atuação dos envolvidos, respeitando a sua autonomia. (MAKOVICS; WOLF, 2015, p. 7-8, grifo nosso).

Sabe-se, todavia, que o contexto pandêmico atuou sobremaneira no surgimento de desafios para a efetivação de escolas democráticas e isso já vem sendo demonstrado por Rabello, Souza, Becati e Gomes (2021) que, ao estudarem os desafios agravados da implementação da gestão democrática na pandemia, expõem que:

Criar Educação, Criciúma, v. 13, nº 1, jan/jun 2024.— PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Diante do cenário ocasionado pela pandemia do Covid-19, os participantes relataram que perceberam desafios e oportunidades. Os desafios estão relacionados às dificuldades de Gestão Financeira e Administrativa e as oportunidades em fortalecer a Gestão Pedagógica e de Pessoas, por meio da inclusão tecnológica e do desenvolvimento de uma comunidade de aprendizagem, permeada pela empatia entre escola e família. (RABELLO; SOUZA; BECATI; GOMES, 2021, p. 121, grifo nosso).

Já o segundo desafio diz respeito ao fato de a escola ter uma política de “bolsas parciais” para aproximadamente um terço dos estudantes, os quais, em vez de pagarem a mensalidade cheia, fazem “[...] uma proposta, dentro de uma faixa de renda per capita possível e dentro de uma lógica interna que foi criada em um grupo de trabalho” e, assim, pagam apenas uma porcentagem da mensalidade, de acordo com a renda apresentada (GESTORA E TUTORA DA INSTITUIÇÃO, 2022).

Além das bolsas parciais, a Escola conta ainda com quatro “bolsas afirmativas” que são voltadas para as famílias que não possuem condição de arcar com nenhum valor da mensalidade.

Nessa concepção, convém deixar claro que a igualdade de acesso e de participação de indivíduos diferentes é algo fundamental em um espaço que se denomina democrático. Por isso, a importância de políticas de bolsas como as mencionadas anteriormente. Mas, sabe-se que:

Falar de democracia ou gestão democrática em uma sociedade marcada pela desigualdade social, não é algo fácil. Por outro lado, também, fazer com que ela aconteça na sua plenitude talvez seja mais difícil ainda, e isto vai além do que a lei estabelece.

Não podemos negar que a igualdade perante a lei é um dos caminhos para a democratização do país em sua plenitude, mas não o único. É muito pouco para um país marcado pela desigualdade social, querer garantir a democracia apenas pela igualdade prevista em lei, mais que garantir direitos, é necessário fazer com que eles aconteçam. (MAKOVICS; WOLF, 2015, p. 5).

Por isso, é necessário lidar com o enfrentamento de problemas para a efetivação de uma educação democrática. “O Estado e a sociedade organizada

Criar Educação, Criciúma, v. 13, nº 1, jan/jun 2024.— PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
devem promover políticas e ações que visem à melhoria de vida dos menos favorecidos, buscando a democratização social” (MAKOVICS; WOLF, 2015, p. 5).

Assim sendo, há uma preocupação da escola com o acesso e a democratização dos espaços escolares, uma vez que, apesar de toda a dificuldade financeira, a Escola considera essa política de bolsas de extrema importância, visto que proporciona “[...] a sustentação de uma comunidade escolar diversa” e o “[...] convívio nesta diversidade proporciona o desenvolvimento pedagógico de um trabalho muito importante na perspectiva da formação para a cidadania” (PPP, 2019, p. 5).

Esse sistema de bolsas está consoante ao pensamento de Apple e Beane (2001), pois, conforme tais autores, os educadores democráticos devem buscar amenizar as desigualdades sociais na escola, bem como propor meios para mudar o que as gera fora da escola, por meio da criação de grupos heterogêneos e com acesso equitativo a educação. Ademais, se, por um lado, as situações enfrentadas no dia a dia escolar trazem desafios; de outro lado, elas trazem o desejo de superação destes desafios, o que gera nos envolvidos habilidades necessárias para a resolução de problemas.

Nesse sentido, a Escola desenvolveu um forte vínculo entre a família e a escola para conseguir solucionar a crise financeira enfrentada. Assim, a gestora relata que:

Ao longo desses 7 – 8 anos que foi criada essa política de bolsas parciais existiu um caminho de transparência de conta para comunidade. Essas contas nunca foram fáceis de digerir, porém esse pós-pandemia intensificou. Então há um chamado para a comunidade de que para esse projeto continuar vivo, a gente precisa arregaçar as mangas e ir atrás de outras fontes de verba. Essa transparência foi gerando na maioria das famílias uma relação responsável. Durante a pandemia ora as famílias procuravam a escola para pagar menos, e ora, quando se recuperavam ou se estabeleciam em um trabalho, procurava a escola para dizer que agora podiam pagar mais. (GESTORA E TUTORA DA INSTITUIÇÃO, 2022).

Diante da fala anterior, destacamos que, mesmo nesse meio caótico que foi a pandemia, foi possível o estabelecimento de relações profícuas no que diz respeito ao elo família e escola no sentido de comprometimento por parte da família com a

escola, e esse é um dos critérios fundamentais para a manutenção de uma instituição democrática. Levando em consideração tal vínculo, destacamos a fala da gestora sobre essa relação no interior da instituição escolar, a saber:

Algumas famílias se propõem a fazer um apoio ou algumas ajuda eventual com alguma questão e ela estará presente nesse dia a dia. Mas com essa função específica. Exemplo: algumas famílias ajudam nas comissões com alguma habilidade que tem a oferecer.

[...] O conselho da escola e toda a estrutura da escola tem esse chamado de: “nos ajudem a manter a escola”. Então, assim, como nas assembleias, nós temos as comissões do conselho; nós temos os grupos de trabalho. (GESTORA E TUTORA DA INSTITUIÇÃO, 2022).

Nesse sentido, é visível que quando uma escola é democrática, os pais se reconhecem nela, fazendo e sendo parte dela nos processos decisórios, em ações para a sua melhoria, ou seja, disso diz-se de uma formação democrática e para a atuação, o responsabilizar-se e se sentir pertencente é um dos pilares para a melhoria da qualidade da educação no viés da gestão democrática sociocrítica, já situada por Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), e que defendemos aqui nesta investigação. Tal forma de gestão é totalmente contrária àquela técnico-científica na qual se espelha a escola tradicional e que por meio de suas práticas retrógradas acaba afastando as famílias no que diz respeito ao estabelecimento de vínculos, isso porque não se reconhecem na escola e, portanto, não se responsabilizam por ela, o que não contribui para a qualidade dos processos formativos no interior da instituição.

Sabe-se, no entanto, que os desafios não são poucos, mas o enfrentamento conjunto já garante que a luta é passível de ser vencida e que os problemas podem ser enfrentados, pois luta-se por uma causa em que se acredita e por uma educação de qualidade para todos os envolvidos direta ou indiretamente, e que fazem parte dos processos formativos que ali se desenvolvem, tendo como parâmetro a democracia na escola.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ESPAÇO ESCOLAR

Criar Educação, Criciúma, v. 13, nº 1, jan/jun 2024.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

O primeiro artigo do Regimento Escolar da instituição, a saber: “Art. 1º - “POLITEIA – ESCOLA DEMOCRÁTICA LTDA – ME” (REGIMENTO ESCOLAR, 2020, p. 3). Ademais, no decorrer do documento ora citado, há um capítulo (II) específico que se refere ao eixo “Gestão Democrática” para explicitar sua finalidade e a forma como ela se corporifica no interior da instituição escolar.

Nessa perspectiva, no Regimento Escolar são citados os órgãos colegiados (Conselho Escolar, Assembleia Escolar e o Conselho de Classe), de modo que é destacada a participação de todos os envolvidos direta (professores, gestores e estudantes) ou indiretamente (funcionários, pais e comunidade escolar) com a escola (REGIMENTO ESCOLAR, 2020).

Cabe mencionar, ainda, que as informações sobre a Gestão Democrática na instituição escolar, bem como o seu papel e suas possibilidades no que tange ao processo formativo e suas contribuições para os processos de ensino e aprendizagem são reafirmados na Proposta Político-Pedagógica da escola. Assim, no capítulo 5.1 do referido documento está definido que:

A estrutura de gestão organizacional é decorrente de quatro princípios: democracia, responsabilidade, transparência e flexibilidade. Esses princípios são interdependentes de modo que eliminando-se qualquer um deles, os demais perdem seu significado. A experiência de gestão democrática demonstra que, embora seja administrativamente mais complexa, motiva a participação e a responsabilidade de mais agentes no processo. (PPP, 2019, p. 9, grifo nosso).

Sabe-se que, conforme o Art. 3º do inciso VIII da LDB, a gestão democrática do ensino público é estabelecida na forma de lei (PARO, 2007). No entanto, também se compreende que moldar uma escola segundo concepções e práticas democráticas estabelece-se como um desafio, o qual é destacado no PPP da escola. A seguir, apresentamos uma imagem de um desses momentos de decisão democrática por meio do Conselho Escolar:

Figura 3 - Imagem do terceiro Conselho Escolar promovido na escola



Fonte: Escola Politeia (2022).

Diante disso, percebe-se que os pilares da educação democrática são possibilitados nos espaços e tempos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro ponto que podemos considerar na escola democrática é o seu currículo maleável com atividades diversificadas e significativas, além de processos formativos que ultrapassam o mero acúmulo de conhecimento, e vão formar o estudante para a vida em sociedade, sempre levando-o a tomar decisões importantes no dia a dia escolar e pensar sobre as consequências dessas decisões.

O segundo fundamento presente na escola em análise é a gestão horizontal, que conta com processos decisórios que incluem estudantes, funcionários e professores, sendo todos estes responsáveis pelas decisões administrativas e políticas. Por fim, todas as escolas que visam estar dentro desse movimento educacional se preocupam com a formação crítica de seus estudantes, levando-os sempre a adotarem uma conduta de reflexão diante de todas as atividades que precisem realizar. Nesse contexto, por meio de atividades como as Comissões, as Assembleias, as Roda do Dia, a escola estimula a democracia participativa e a habilidade de resolver problemas no cotidiano escolar. Assim como a metodologia de formação educacional por meio dos Laboratórios, Ateliês e Pesquisas desenvolvem nos estudantes o protagonismo no seu processo de aprendizagem.

Criar Educação, Criciúma, v. 13, nº 1, jan/jun 2024.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Contudo, apesar dos inúmeros benefícios para os estudantes apresentados pela escola em questão, esta tem passado por alguns desafios principalmente de ordem financeira. Por ser uma escola privada, necessita de recursos para se manter ativa, recursos estes que tem sido escasso devido a crise financeira que vem passando o país e devido ao sistema de bolsas que tem a função de permitir acesso equitativo a educação e diversidade de público.

Assim, apesar de enfrentar alguns desafios, a escola em análise consegue proporcionar aos seus estudantes uma educação democrática, ampla, variada, reflexiva e libertadora.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M.; BEANE, J. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 2001.
- AVELLAR, S. A. **As escolas democráticas como uma alternativa para uma educação outra no Brasil: desafios e possibilidades**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.unirio.br/estudante/ppgedu/DissertaoPPGEduSimoneAvellar.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.
- DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. Campinas: Autores Associados, 1994.
- DEWEY, J. **Experiência e educação**. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- ESCOLA POLITEIA. **Matemática na Tutoria 1 (1º e 2º ano)**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ckb46Gxvssh/>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- ESCOLA POLITEIA. **Matemática: explorando medidas com estudantes da Tutoria 1ª**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cj3kAikvLEL/>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- ESCOLA POLITEIA. **Na última quarta-feira tivemos nosso 3º Conselho Escolar do ano**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cis94RhvKmD/>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- ESCOLA POLITEIA. **Regimento Escolar** – Escola Politeia. 2020, p. 1-26. [documento privado].
- HECHT, Y. **Educação democrática: o começo de uma história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

Criar Educação, Criciúma, v. 13, nº 1, jan/jun 2024.— PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

JESUS, F. S.; SILVA, E. T.; MEDEIROS, F. C. A. S. A gestão escolar, os seus modelos organizativos e as suas implicações na educação Brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. v. 6, n. 12, p. 177-196, dez. 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/modelos-organizativos>. Acesso em: 10 maio 2023.

LIBÂNEO, J. C. O sistema de organização e gestão da escola. In: LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. O sistema de Organização e de gestão da escola: teoria e prática. In: LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 435-477.

MAKOVICS, A.; WOLF, R. A. P. Gestão democrática: possibilidades e desafios. In: **Cadernos PDE**. Guarapuava (PR): Programa de Desenvolvimento Educacional, 2015, p. 1-20. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unicentro_gestao_artigo_amilton_markovicz.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

PACHECO, J. Aprender em Comunidade. In: GREIER, P. GOUVÊA, T. (org.) **EDUshifts: o futuro da educação é agora**. São Paulo, 2017. p. 183-189. Disponível em: https://www.edushifts.world/assets/ebooks/EDUshiftsNow_BP.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

PAPERT, S. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da Informática**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PARO, V. H. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: OLIVEIRA, R. P; ADRIÃO, T. (orgs.). **Gestão, financiamento e direito a educação: Análise da Constituição Federal e da LDB**. 3ª ed. rev. ampl. São Paulo: Xamã, 2007. p. 73-81.

PPP – **Proposta Político-Pedagógica**. Escola Politeia. 2019, p. 1-21. [Documento privado].

Criar Educação, Criciúma, v. 13, nº 1, jan/jun 2024.— PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

RABELLO, L. G.; SOUZA, M. A.; BECATI, I. S.; GOMES, C. A. S. Desafios da gestão escolar agravados em tempos de pandemia. **Interação-Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 23, n. 2, p. 100-124, 2021.

SANTOS, E. A. G.; ZUCOLOTTI, M. P. R.; RODRIGUES, P. A. Ateliê: um mundo de possibilidades para professores e escola de educação infantil. **Trilhas Pedagógicas**, v. 8, n. 8, p. 121-133, ago. 2018.

SINGER, H. **República das Crianças**. São Paulo: Hucitec, 2010.

TOLSTÓI, L. N. **Escola de Iasnaia Poliana**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2021.

Recebido maio 2023.
Aprovado agosto 2023.